

Constituinte terá 26 mulheres, com a ajuda dos homens

Brasília — O sobrenome, dado pelo marido ou herdado do pai, elegeu dez das 26 mulheres que conquistaram, entre 461 homens, o mandato de deputado federal e um lugar na Assembleia Constituinte. Nunca a presença feminina foi tão grande na Câmara dos Deputados e numa Constituinte — na de 1946 não havia mulher, embora tenham concorrido 18 candidatas. Do grupo de mulheres que tomará posse dia 1º de fevereiro, três se iniciam na carreira parlamentar ao lado dos maridos, mais um dado que mostra a contribuição masculina para o recorde de presença feminina.

Vai longe o tempo em que Ivete Vargas era a única mulher na fornada de deputados eleitos em 1950. Na época o Rio era a capital e a presença da jovem representante do PTB de São Paulo causou embaraços, porque os banheiros do Palácio Tiradentes, onde a Câmara funcionava, haviam sido construídos para homens. Em 1954, ela ganhou uma companheira, Leolina Costa, do PTB da Bahia, que só cumpriu um mandato.

Ivete morreu em 1984 mas até a eleição de 1962 continuava a ser a única deputada federal. Na legislatura seguinte, foram eleitas cinco deputadas, mas o número voltou a cair para apenas uma nas duas subsequentes. A partir de 1978, houve um revigoramento, com a eleição de quatro mulheres, número que dobrou quatro anos depois, com a chegada de oito deputadas à Câmara.

Barulho

Agora, mais que triplicadas para 26, as deputadas distribuem-se por quase todas as tendências políticas. São 11 do PMDB, seis do PFL,

duas do PDS e duas do PT. PDT, PC do B, PSB e PSC têm uma deputada, cada. A maior bancada é do Amazonas, onde dos oito componentes três são mulheres: Eunice Michiles (PFL), Sadie Hauache (PFL) e Beth Azize (PSB).

“Chegou a nossa vez. Vamos fazer barulho e lutar por nossos direitos”, promete a deputada Maria de Lurdes Abadia (PFL-DF). A deputada Beth Azize, ex-desembargadora eleita por sua atuação junto aos movimentos populares, diz que lutará pela reforma agrária, porque “a da Nova República não passou de um ensaio”.

Das 26 constituintes, apenas quatro são deputadas reeleitas: Cristina Tavares (PMDB-PE), Bete Mendes (PMDB-SP), Irma Passoni (PT-SP) e Rita Furtado (PFL-RO). A mais experiente é Cristina, que cumprirá a terceira legislatura. Ela promete agitar a Constituinte com a proposta do aborto livre. Ainda integra o grupo das parlamentares experientes a deputada Eunice Michiles, que em 1981 era suplente de senador pelo PDS e assumiu o mandato com a morte do senador João Bosco.

Casais

A deputada Rita Furtado figura também no grupo das que se elegeram com a ajuda do sobrenome. Ela é mulher do poderoso secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Vilar Furtado, que assumiu o posto no governo João Figueiredo.

Outro exemplo da força do sobrenome vem do Rio de Janeiro, com a deputada Ana Maria Rattes. Ela se elegeu com uma campanha milionária

Arquivo



Ivete Vargas era a única deputada federal na legislatura de 50



Benedita iniciou a carreira no movimento feminista das favelas

ria patrocinada pelo marido Paulo Rattes, prefeito de Petrópolis e chefe do estado-maior da campanha do futuro governador Moreira Franco.

Lúcia Vânia (PMDB-GO) formará com o senador Irapuan Costa Júnior, também do PMDB goiano, um dos casais da Constituinte. O Rio Grande do Norte também mandou um casal: senador Lavoisier Maia e deputada Wilma Maia, do PFL. Além do parentesco que liga à oligarquia dos Maia, Wilma vem com fama de política competente.

Não é o caso da deputada Rita Camata (PMDB-ES), mulher do senador Gerson Camata. Jovem e bonita, ela se assustou com Brasília, na visita que fez semana passada. Apesar das atenções recebidas dos parlamentares e do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, Rita não conseguiu aprender como funciona a casa.

Entre as privilegiadas pelo parentesco, há duas de sobrenome ilustre: a deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), filha do falecido presidente Juscelino Kubitschek, e Dirce Quadros (PSC-SP), filha do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. O grupo se completa com Lúcia Braga (PFL-PB), mulher do ex-governador Wilson Braga, derrotado na eleição para o Senado; Miriam Portela (PDS-PI), viúva de Petrônio Portela; e

Arquivo — 28/9/86



Sandra começou no lacerdismo, passou pelo PTB e está no PFL

Marluce Pinto (PTB), mulher do ex-governador do território de Roraima, Otomar Pinto.

Militantes

Única deputada no Ceará, Moema São Thiago (PDT) é sobrinha da mulher do senador Virgílio Távora (PDS). Ela rompeu com a linhagem conservadora e chega à Câmara como militante do socialismo de Leonel Brizola.

A militância é, característica de outro grupo, que mostra como o bloco de 26 deputadas está longe de constituir uma bancada homogênea. São nove deputadas, entre as quais Sandra Cavalcanti (PFL), política carioca formada no lacerdismo, é quem tem maior bagagem parlamentar. Ex-vereadora, ex-deputada estadual, ex-secretária de estado e primeira presidente do extinto BNH, Sandra chegou a Brasília já como candidata a vice-líder da bancada do PFL.

As demais deputadas incluídas na categoria das militantes estão em posição oposta à linha conservadora de Sandra. Além das conhecidas Cristina Tavares, Irma Passoni e Bete Mendes, outros nomes deverão juntar-se aos de Moema São Thiago e Beth Azize no rol da esquerda feminina. Pela Bahia vão militar a deputada Lídice da Mata — que ocupa uma das três cadeiras ganhas pelo PC do B — e a deputada Abigail Feitosa (PMDB). Do Rio de Janeiro virá

Arquivo — 2/8/82



Rita formará com Gerson Camata um dos casais da Constituinte

a petista Benedita Silva. Negra e ex-empregada doméstica, que começou em 1982, elegendo-se vereadora com votos de favelados.

Nem mesmo o conservador PFL estará imune à militância feminista, representada no partido pela deputada Raquel Cândido, de Roraima. Líder de movimentos de agricultores sem terra em seu estado, ela surpreendeu seus correligionários ao defender durante reunião da comissão executiva nacional, na semana passada, a reforma agrária e o rompimento com o governo do presidente José Sarney.

As 26 deputadas eleitas são:

PMDB — Maria Lúcia (AC), Raquel Cândido (RO), Cristina Tavares (PE), Maria Abigail Feitosa (BA), Rita Camata (ES), Rose de Freitas (ES), Ana Maria Rattes (RJ), Bete Mendes (SP), Lúcia Vânia (GO), Márcia Kubitschek (DF) e Raquel Capiberibe (AP); **PFL** — Eunice Michiles (AM), Sadie Hauache (AM), Rita Furtado (RO), Lúcia Braga (PB), Sandra Cavalcanti (RJ) e Maria de Lourdes Abadia (DF); **PDS** — Wilma Maia (RN) e Miriam Portela (PI); **PT** — Irma Passoni (SP) e Benedita Silva (RJ); **PDT** — Moema São Thiago (CE); **PSB** — Beth Azize (AM); **PSC** — Dirce Quadros (SP); **PTB** — Marluce Pinto (RR); **PC do B** — Lídice da Mata (BA).

Pioneiras de 34 eram apenas duas

Brasília — As primeiras mulheres eleitas para uma Assembleia Constituinte no Brasil foram Carlota Pereira de Queirós (SP) e Almerinda Farias Gama (RJ). Elas eram duas num plenário de 252 homens, mas conseguiram que a Constituição de 1934 consagrasse o princípio da igualdade entre os sexos, o direito da mulher votar e proteção para as trabalhadoras.

Os primeiros movimentos feministas surgiram no país por volta de 1850, tendo como bandeira de luta o direito à instrução e ao voto. A primeira Constituição brasileira,

de 1824, imposta pelo imperador Pedro I, excluía da cidadania trabalhadores e escravos. As mulheres, em sua maioria donas-de-casa ou escravas, foram marginalizadas no processo.

Na primeira década do século XX, por influência do surgimento, no Rio de Janeiro e em São Paulo, do cinema comercial e da incorporação de mão-de-obra feminina, o movimento das sufragistas ganhou força, apesar de terem conquistado o direito de votar as mulheres não conseguiram eleger uma única representante para a Constituinte

de 1946. Isso, entretanto, serviu como um alerta e elas voltaram a se organizar. O resultado foi a ampliação dos direitos da mulher casada, na lei 4.121, de 1962, que modificou o Código Civil.

As constituições de 1967 e de 1969 não representaram nenhum avanço para as mulheres. Agora, além de contar com 26 representantes na Constituinte que se instala no dia 1º de fevereiro, as mulheres contam ainda com um forte aliado que é o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em setembro de 1985.